

➤ **TOPONÍMIA**

5. ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MAXIMINOS, SÉ E CIVIDADE

Da DMGT – Gabinete de Arquivo, conforme o estipulado no artigo 33º, nº 1, alínea ss), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propondo a atribuição da seguinte designação toponímica – Na União das Freguesias de Maximinos, Sé e Cidade:

- **Travessa Nova Estação** (artéria implantada Quinta das Hortas), com início na Rua Nova da Estação e fim Sem saída.

Toponímia

PROPOSTA DE TOPÓNIMO

Na sequência da necessidade de se atribuir topónimo a uma nova artéria em Maximinos, e de acordo com o parecer emitido pela Junta da União das Freguesias de Maximinos, Sé e Cidade, através do ofício N.º 148/2022, datado de 07/06/2022, proponho a atribuição do topónimo:

Travessa Nova da Estação.....Artéria implantada Quinta das Hortas

Início – Rua Nova da Estação

Fim - Sem saída



Braga, 08 de junho de 2022

O Vereador,



Dr. João Rodrigues

Despacho do Sr. Presidente da Câmara

Processo Obra: 2021/400.10.613/14

Requerente: União das Freguesias de Maximinos, Sé e Cidade

Local da obra: Quinta das Hortas

Informação: 603 de 07/01/2022

Assunto: Toponímia - Pedido de atribuição de topónimo para uma artéria em Maximinos

Serviço: DMUOP-Arquivo de Obras/Toponímia

Técnico responsável:

Informação:

Na sequência da necessidade de se atribuir topónimo a uma artéria implantada na Quinta das Hortas em Maximinos, com início na Rua Nova da Estação e fim sem saída, foi solicitado à Junta da UF de Maximinos, Sé e Cidade, através do ofício S/20652/2021, parecer para a atribuição do topónimo Rua Bühler-Brockhaus (Mecenas do Museu D. Diogo de Sousa), proposto pela Assembleia Municipal de 23/02/2018.

O Sr. Presidente da referida UF não concordou com o topónimo proposto, sugerindo através do E-mail datado de 03/01/2022, o nome do Dr. Fernando Sá Meneses, aprovado por unanimidade em Assembleia de Freguesia de 16/12/2021.

Não obstante a atribuição de topónimos ser da competência do Executivo Municipal, conforme o estipulado no artigo 33.º, n.º1, alínea ss, da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, e não das Juntas de Freguesia, cujo parecer é meramente consultivo, entendo que não há inconveniente dar satisfação à pretensão da referida Autarquia

À Consideração e decisão do Sr. Vereador